



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE SÃO PAULO
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1059 - Bairro Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 01452-000
Telefone: - <https://www.creasp.org.br/>

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 7/2025

Processo: 26.003193/2025-29

Tipo de Processo: Relação Institucional: Projeto de Colaboração (sociedade civil, com repasse)

Assunto: CHAMAMENTO PÚBLICO - TERMO DE COLABORAÇÃO - TCV 2026-2027

Interessado: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de São Paulo

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N° 7/2025-GABI

TERMO DE COLABORAÇÃO PARA VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL - TCV 2026/2027

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo, Autarquia Federal nos Termos da Lei n.º 5.194, de 24 de dezembro de 1966, TORNA PÚBLICO O PRESENTE EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COLABORAÇÃO PARA VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL – TCV, realizado em conformidade com o disposto na alínea “j” do art. 34 da Lei n.º 5.194, de 24 de dezembro de 1966, a Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, com a redação alterada pela Lei n.º 13.204, de 14 de dezembro de 2015, Marco Regulatório pelo Decreto n.º 8.726, de 27 de abril de 2016, alterado pelo Decreto n.º 11.948, de 12 de março de 2024, Portaria Interministerial SG/MGI/AGU n.º 197, de 11 de agosto de 2025, e Ato Administrativo n.º 49, de 23 de novembro de 2022, mediante as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

I. DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL E DAS PROPOSTAS

DATA LIMITE E ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS E DAS PROPOSTAS

Os documentos e propostas deverão ser apresentados **até às 23h59m do dia 31 de janeiro de 2026, EXCLUSIVAMENTE** por meio da plataforma eletrônica:

Link: <https://chamamentopublicoentidades.creasp.org.br>

1. PROPÓSITO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

1.1. A finalidade do presente Chamamento Público é a seleção de propostas para a celebração de parceria com o CREA/SP, por meio da formalização de termo de colaboração, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à Entidades privadas sem fins lucrativos, sediadas no Estado de São Paulo, conforme condições estabelecidas neste Edital.

1.2. O procedimento de seleção tem por premissa fundamental a estrita observância dos

princípios da moralidade e da transparência, balizadores das ações da Administração Pública, regido pelos seguintes diplomas legais: Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, pelo Decreto n.º 8.726, de 27 de abril de 2016, e pelos demais normativos aplicáveis, além das condições previstas neste Edital.

1.3. Serão selecionadas propostas, observada a pontuação, ordem de classificação e a disponibilidade orçamentária para a celebração do termo de colaboração.

2. OBJETO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

2.1. O presente chamamento público tem por objeto selecionar propostas para execução de projetos de interesse do Sistema CONFEA/CREA, através de Termo de Colaboração, na forma e condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

2.2. As propostas deverão ter como objeto a execução de atividades relacionadas com as atribuições/atividades finalísticas do CREA/SP, atuando no atendimento ao público, na capacitação e aperfeiçoamento técnico dos profissionais e na comunicação das ações, normativos e atualizações voltadas ao Sistema CONFEA/CREA.

2.3. São consideradas atividades finalísticas do Conselho: Registro, Normatização, Fiscalização, Julgamento e Orientação, conforme segue:

I - **Função de Registro:** Realizar, organizar, manter e controlar o cadastro e registro de profissionais, instituições de ensino e empresas que compõem o Sistema CONFEA/CREA, de forma a comprovar suas habilitações, atribuições e experiências técnicas, expedindo carteira de registro profissional, certidões e demais documentos que comprovem a regularidade da atuação profissional segundo os normativos vigentes que regem o exercício profissional;

II - **Função de Normatização:** Expedir normativos derivados das Leis e Decretos regulamentadores das profissões que abrangem o Sistema CONFEA/CREA, tanto em seus aspectos administrativos como de conduta ética;

III - **Função de Fiscalização:** Fiscalizar, controlar, orientar e aprimorar o exercício e atividades profissionais nas áreas da engenharia, agronomia, geologia e meteorologia, além das atividades dos tecnólogos, por meio da verificação das condições do exercício profissional, na existência de responsável técnico e respectivo registro da Anotação da Responsabilidade Técnica ART e utilização do Livro de Ordem, prevenindo e reprimindo infrações à legislação profissional (art. 6º da Lei n.º 5.194/66), tudo de modo a assegurar à sociedade a participação efetiva e declarada de profissionais habilitados nas obras e serviços de engenharia e agronomia e de outras áreas tecnológicas (art. 2º da Lei n.º 6.496/77). Garantindo, assim, padrões mínimos de segurança e qualidade indispensáveis à natureza de tais serviços profissionais;

IV - **Função de julgamento e sanção:** Analisar e decidir acerca dos processos administrativos instaurados por descumprimento dos normativos vigentes contrabalanceando tanto os elementos constantes nos autos, agravantes ou atenuantes, concluindo pela eventual necessidade de aplicação de sanção, ante o exercício profissional face as normas técnicas e éticas de cada atividade;

V - **Função de Orientação:** Entende-se reunidas nessa função diversas competências de caráter pedagógico ou preventivo, direcionadas diretamente aos profissionais, podendo indiretamente atingir à sociedade, acadêmicos e até mesmo a outros órgãos e instituições públicas, destinadas a elevar o conhecimento de todos acerca das normas, regras e procedimentos relacionados ao exercício da profissão e ao funcionamento do Conselho, com objetivo final de reduzir as práticas de atos infracionais ou o desvirtuamento no comportamento ético.

2.4. As propostas apresentadas deverão demonstrar de forma clara e objetiva vinculação com as atribuições/atividades finalísticas do Conselho, conforme definido acima, podendo abranger, mas não limitadas, as seguintes atividades:

I - **Atender e prestar orientações** mínimas necessárias aos profissionais e empresas do Sistema CONFEA/CREA, alunos de cursos da área tecnológica e membros da sociedade

civil. Garantir a qualidade e agilidade na prestação de serviços ao público, de acordo com a legislação vigente, inclusive por meio da disponibilização de um Ponto de Acesso à Informação, com a estrutura mínima necessária para consultas e impressão de informações;

II - Divulgar e publicar a legislação profissional, matérias técnicas entre outros assuntos de interesse profissional, através de publicações em diversos meios de comunicação, como: jornais, revistas, rádio, TV, boletins informativos, cadernos de anotação técnica, entre outros. **Divulgar obrigatoriamente conteúdo produzido pelo CREA/SP através do site da Entidade de Classe e de suas mídias sociais;**

III - Realizar ações de aperfeiçoamento técnico, cultural e de valorização para os profissionais como, cursos, palestras, workshops, concursos técnicos, programas de capacitação do exercício profissional, seja de forma presencial, híbrida ou remota, sempre voltados aos profissionais da área tecnológica e aplicáveis no dia a dia de suas profissões;

IV - Instalar e manter a Unidade de Atendimento do CREA/SP, garantindo acessibilidade, ergonomia, segurança e conformidade com normas técnicas. O espaço deverá ser seguro, funcional e bem conservado, com manutenção regular, limpeza constante e infraestrutura adequada para atender funcionários, profissionais, estudantes e a sociedade em geral com conforto e eficiência.

2.5. Incluem-se ao objetivo do presente termo as seguintes atividades obrigatórias a todas as propostas apresentadas:

I - Promover obrigatoriamente, no mínimo duas (2) palestras em escolas públicas e/ou privadas de ensino fundamental II e ensino médio, durante a vigência da parceria, com o objetivo de **divulgar o Sistema CONFEA/CREA/MÚTUA e as profissões da área tecnológica**, contribuindo para o conhecimento e a valorização dessas profissões. Essas ações terão caráter institucional e educativo, **não sendo permitida a previsão de custos** no Plano de Trabalho;

II - Desenvolver, no mínimo, uma (1) ação voltada à temática de segurança no trânsito durante a vigência da parceria, podendo esta ser realizada de forma independente ou integrada a outras atividades de cunho técnico, educativo ou social, **sendo facultada a previsão de recursos** no Plano de Trabalho para sua execução.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. O CREA/SP possui como principal finalidade institucional fiscalizar o exercício profissional da engenharia e agronomia, fomentar medidas que objetivem o aperfeiçoamento técnico e cultural dos profissionais do Sistema CONFEA/CREA, nos termos do disposto na Lei n.º 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e ainda tem como atribuição agir com a colaboração das Entidades e Instituições de Ensino da área tecnológica, conforme disposto na alínea “j”, do art. 34, da Lei n.º 5.194, de 24 de dezembro de 1966.

3.2. Deste modo, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo, na persecução do interesse público e a fim de salvaguardar a sociedade, busca realizar parcerias com Entidades de classe privadas e sem fins lucrativos, objetivando ampliar o atendimento ao público e auxiliar no processo de fiscalização dos serviços abrangidos pelo Sistema CONFEA/CREA, bem como garantir a presença atuante e a efetiva prestação de serviço público, na concretização de seus serviços e competências legais.

3.3. Cabe destacar que a inserção das entidades de classe na política de conscientização dos profissionais, além de ampliar a capilaridade de atendimento e ações de cunho institucional, atua no aprimoramento da fiscalização e do exercício profissional desenvolvidos pelo Sistema CONFEA/CREA, bem como da sua regulamentação, definindo sua forma de colaboração e participação por meio de ações preventivas/orientativas, as quais sempre se revelaram de extrema importância, de modo a evitar que erros ocorram e impedir a consumação de danos, promovendo a prevenção e proteção dos cidadãos, possibilitando desta forma, a segurança e melhoria da qualidade de vida da população, promovendo mudanças na postura de alguns setores fiscalizados, conscientizando as pessoas (exercício de cidadania), avanços na segurança dos usuários dos locais fiscalizados, fortalecimento do CREA/SP pela credibilidade pública, razão pela qual a manutenção de parcerias com as entidades de classe é fundamental para a

atividade finalística do Conselho.

3.4. A realização de parceria, portanto, visa auxiliar o CREA/SP a desenvolver com maior eficiência e efetividade suas competências institucionais em fiscalizar as atividades do Sistema CONFEA/CREA, ampliação e capilarização dos projetos, concretizar o aperfeiçoamento técnico e cultural, promover a ética do exercício profissional, de forma a permitir a continuidade e aprimoramento da sua atividade fim.

4. PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO

4.1. Poderão participar deste Edital as Entidades de Classe, assim consideradas as organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, que tenham por finalidade a representação, defesa e valorização profissional de categorias vinculadas ao Sistema CONFEA/CREA, nos termos do art. 2º, inciso I, alínea “a”, da Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2014.

4.2. Para participar deste Edital, a Entidade de Classe deverá cumprir as seguintes exigências:

I - declarar, conforme **Anexo I**, que está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital e seus anexos, bem como que se responsabilizam pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção;

II - sejam sediadas no Estado de São Paulo;

III - possuir, no mínimo 3 (três) anos de inscrição, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.

4.3. Não é possível a execução da parceria pela sistemática de atuação em rede prevista na Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, e no Decreto n.º 8.726, de 27 de abril de 2016.

5. REQUISITOS E IMPEDIMENTOS PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO

5.1. Para a celebração do termo de colaboração, a Entidade de Classe deverá atender aos seguintes requisitos:

I - ter objetivos estatutários ou regimentais pertinentes a temática e a natureza do objeto da parceria, voltados ao fortalecimento institucional, à promoção da valorização profissional e à ampliação das ações de interesse público relacionadas ao exercício das profissões abrangidas pelo Sistema CONFEA/CREA;

II - ser regida por normas de organização interna que prevejam expressamente que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica, de igual natureza, que preencha os requisitos da Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

III - ser regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente, escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (ato declaratório);

IV - possuir no mínimo 3 (três) anos de inscrição, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

V - possuir experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, pelo prazo mínimo de 1 (um) ano, a ser comprovada no momento da apresentação do plano de trabalho e na forma do art. 26, caput, inciso III, do Decreto n.º 8.726, de 27 de abril de 2016, através de:

a) instrumentos de parceria, inclusive executados em rede, firmados com órgãos (Crea, Confea, Mútua, Autarquias, Governo Estadual, Prefeitura, etc.) e entidades da administração pública, entes estrangeiros, entidades e organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil;

b) relatório de atividades com comprovação das ações desenvolvidas;

c) publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela Entidade de Classe ou por seus integrantes;

d) currículos profissionais de integrantes da Entidade de Classe, sejam dirigentes, conselheiros, cooperados, empregados, entre outros;

e) declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas, entes estrangeiros ou entidades ou organismos de cooperação internacional; ou

f) prêmios de relevância recebidos no País ou no exterior pela organização da sociedade civil.

VI - possuir instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas ou, alternativamente, prever a sua contratação ou aquisição com recursos da parceria, a ser atestado mediante declaração do representante legal da Entidade de Classe, conforme **Anexo II**. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria;

VII - deter capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, a ser comprovada na forma do art. 26, caput, inciso III, do Decreto n.º 8.726, de 27 de abril de 2016. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a contratação de profissionais, a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria;

VIII - apresentar certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições, de dívida ativa e trabalhista, na forma do art. 26, caput, incisos IV a VI e §§ 2º a 4º, do Decreto n.º 8.726, de 27 de abril de 2016;

IX - apresentar estatuto registrado e eventuais alterações;

X - apresentar **ata de eleição** do quadro dirigente atual, bem como **relação nominal atualizada dos dirigentes** da Entidade de Classe, conforme estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF de cada um deles, conforme **Anexo III**;

XI - comprovar que funciona no endereço declarado pela Entidade de Classe, por meio de cópia de documento hábil, a exemplo de conta de consumo ou contrato de locação;

XII - declaração do representante legal da Entidade de Classe com informação de que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, as quais deverão estar descritas no documento, conforme **Anexo III**.

5.2.

Ficará impedida de celebrar o termo de colaboração a Entidade de Classe que:

I - não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;

II - esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada com o CREA/SP;

III - tenha, em seu quadro de dirigentes, membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau. Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas;

IV - tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos,

exceto se for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados, ou for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição, ou, ainda, a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

V - tenha sido punida, pelo período que durar a penalidade, com suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, com a sanção de suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos; com a sanção de declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil resarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II do art. 73 da Lei N.º 13.019, de 31 de julho de 2014;

VI - tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; ou

VII - tenha entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; que tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou que tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei n.º 8.429, de 2 de junho de 1992.

6. COMITÊ DE SELEÇÃO

6.1. O Comitê de Seleção é o órgão colegiado destinado a processar e julgar o presente chamamento público, a ser constituído na forma do inciso X do artigo 2º da Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, previamente à etapa de avaliação das propostas.

6.2. O membro do Comitê de Seleção deverá se declarar impedido de participar de processo de seleção quando verificar que sua atuação no processo de seleção configurar conflito de interesse, nos termos da Lei n.º 12.813, de 16 de maio de 2013.

6.3. A declaração de impedimento de membro do Comitê de Seleção não obsta a continuidade do processo de seleção e a celebração de parceria.

6.4. O membro impedido deverá ser imediatamente substituído, a fim de viabilizar a realização ou continuidade do processo de seleção.

6.5. Para subsidiar seus trabalhos, o Comitê de Seleção poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado.

6.6. O Comitê de Seleção deverá ser composto por pelo menos um empregado ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal do CREA/SP.

6.7. O Comitê de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da imparcialidade e da transparência.

7. DA FASE DE SELEÇÃO

A fase de seleção observará as seguintes etapas:

TABELA 1

ETAPA	DESCRÍÇÃO DA ETAPA	DATAS
-------	--------------------	-------

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	DATAS
1	Publicação do Edital de Chamamento Público	15/12/2025 (esta data é estimada)
2	Envio das propostas pelas Entidades de Classe	até 31/01/2026
3	Etapa competitiva de avaliação das propostas pelo Comitê de Seleção	03 e 04/03/2026
4	Divulgação do resultado preliminar	05/03/2026
5	Interposição de recursos contra o resultado preliminar	5 (cinco) dias contados da divulgação do resultado preliminar
6	Análise dos recursos pelo Comitê de Seleção	5 (cinco) dias após o prazo final de apresentação das contrarrazões aos recursos
7	Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver)	19/03/2026 (esta data é estimada)

ETAPA 1: Publicação do Edital de Chamamento Público

7.1. O presente Edital será divulgado em página do sítio eletrônico oficial do CREA/SP, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias para a apresentação das propostas, contado da data de publicação do Edital.

ETAPA 2: Envio das Propostas pelas Entidades de Classe

7.2. As propostas serão cadastradas e enviadas para análise pelas Entidades de Classe, EXCLUSIVAMENTE por meio do Link: <https://chamamentopublicoentidades.creasp.org.br>, até às 23h59m do dia 31 de janeiro de 2026.

7.2.1. Após o prazo limite para apresentação das propostas, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícita e formalmente solicitados pela Administração Pública.

7.2.2. Cada Entidade de Classe poderá apresentar apenas uma proposta, sendo que, caso venha a apresentar mais de uma proposta dentro do prazo, será considerada apenas a última proposta enviada para análise conforme item 7.2. deste Edital.

7.2.3. Observado o disposto no item 7.3.2 deste Edital, as propostas deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

- I - a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto;
- II - as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;
- III - os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e
- IV - o valor global.

7.2.4. O parecer do órgão técnico da Administração Pública deverá observar o inciso V do artigo 35 da Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2014.

7.2.5. Somente serão avaliadas as propostas que foram recebidas pelo CREA/SP, nos termos do item 7.2, até o prazo limite de envio das propostas pelas Entidades de Classe constante da Tabela 1.

7.2.6. As propostas serão analisadas pela unidade técnica responsável pela gestão de convênios e parcerias do CREA/SP, que deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito:

- I - do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;
- II - da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria;
- III - da viabilidade de sua execução;
- IV - da verificação do cronograma de desembolso;
- V - da aprovação do Plano ou do Projeto de Trabalho, conforme a modalidade da parceria; e

VI - da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos.

7.2.7. Após a análise técnica, as propostas serão processadas e julgadas por um Comitê de Seleção previamente designado em ato específico da presidência do CREA/SP.

ETAPA 3: Etapa Competitiva de Avaliação das Propostas pelo Comitê de Seleção

7.3. Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, o Comitê de Seleção analisará as propostas apresentadas pelas Entidades de Classe concorrentes. A análise e o julgamento de cada proposta serão realizados pelo Comitê de Seleção, que terá total independência técnica para exercer seu julgamento.

7.3.1. O Comitê de Seleção terá o prazo estabelecido na Tabela 1 para conclusão do julgamento das propostas e divulgação do resultado preliminar do processo de seleção, podendo tal prazo ser prorrogado, de forma devidamente justificada, por até mais 30 (trinta) dias.

7.3.2. As propostas deverão conter informações que atendem aos critérios de julgamento estabelecidos na Tabela 2 abaixo.

7.3.3. A avaliação individualizada e a pontuação serão feitas com base nos critérios de julgamento apresentados no quadro a seguir:

TABELA 2

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	METODOLOGIA DE PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÍNIMA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
(A) Adequação da proposta em conformidade com o disposto no Edital	Atendimento Pleno = 2 pontos Atendimento Satisfatório = 1 ponto Não atendimento ou atendimento insatisfatório = 0 pontos OBS.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação da proposta, por força do art. 16 § 2º, incisos II e III, do Decreto n.º 8.726, de 27 de abril de 2016.	1	2
(B) O Plano de Trabalho apresentado contém informações sobre ações a serem executadas, metas a serem atingidas, etapas e atividades a serem executadas, indicadores de cumprimento das metas e prazos para a execução das ações e cumprimento do objeto	Atendimento Pleno = 2 pontos Atendimento Satisfatório = 1 ponto Não atendimento ou atendimento insatisfatório = 0 pontos OBS.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação da proposta, por força do art. 16 § 2º, incisos II e III, do Decreto n.º 8.726, de 27 de abril de 2016.	1	2
(C) Adequação das despesas ao Plano de Trabalho proposto (público alvo, quantidade, tempo, proporcionalidade, valores, etc.)	Atendimento Pleno = 2 pontos Atendimento Satisfatório = 1 ponto Não atendimento ou atendimento insatisfatório = 0 pontos OBS.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação da proposta, por força do art. 16 § 2º, incisos II e III, do Decreto n.º 8.726, de 27 de abril de 2016.	1	2
(D) Capacidade técnico-operacional da Entidade de Classe proponente, por meio de experiência comprovada no portfólio de realizações na gestão de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante	Atendimento Pleno = 2 pontos Atendimento Satisfatório = 1 ponto Não atendimento ou atendimento insatisfatório = 0 pontos OBS.: A atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação da proposta, por falta de capacidade técnica e operacional da Entidade de Classe (art. 33, caput, inciso V, alínea “c”, da Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2014).	1	2

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	METODOLOGIA DE PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÍNIMA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
(E) Adequação da proposta ao valor praticado no mercado, com apresentação de planilha orçamentária detalhada	Atendimento Pleno = 2 pontos Atendimento Satisfatório = 1 ponto Não atendimento ou atendimento insatisfatório = 0 pontos OBS.: A atribuição de nota “zero” neste critério NÃO implica a eliminação da proposta, haja vista que, nos termos de colaboração, o valor estimado pela administração pública é apenas uma referência, não um teto.	1	2
(F) Caracterização objetiva do projeto com as atividades fins do CREA/SP	Atendimento Pleno = 2 pontos Atendimento Satisfatório = 1 ponto Não atendimento ou atendimento insatisfatório = 0 pontos OBS.: A atribuição de nota “zero” neste critério NÃO implica a eliminação da proposta, haja vista que, nos termos de colaboração, o valor estimado pela administração pública é apenas uma referência, não um teto.	1	2
(G) Inserção de metas no projeto de instalação, funcionamento e gestão de unidades de atendimento, alinhadas com as atividades fins do Conselho	Instalação e Funcionamento de Unidade = 1 ponto Não atendimento = 0 pontos	0	1
(H) Número de profissionais do sistema CONFEA/CREA que serão alcançados pelo projeto	Menos de 200 profissionais = 0 pontos De 201 a 400 profissionais = 1 ponto De 401 a 600 profissionais = 2 pontos De 601 a 2.000 profissionais = 3 pontos De 2.001 ou mais profissionais = 4 pontos	0	4
(I) Participação das Entidades de Classe em programas de capacitação oferecidos pelo Crea/SP	Participou em 2 treinamentos = 2 pontos Participou em 1 treinamento = 1 ponto Não participou = 0 pontos	0	2
	PONTUAÇÃO MÁXIMA GLOBAL	6	19

7.3.4. A falsidade de informações nas propostas, sobretudo com relação ao critério de julgamento (D), deverá acarretar a eliminação da proposta, a aplicação de sanção administrativa contra a Entidade de Classe proponente e comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.

7.3.5. O proponente deverá descrever minuciosamente as experiências relativas ao critério de julgamento (D), informando as atividades ou projetos desenvolvidos, sua duração, financiador(es), local ou abrangência, beneficiários, resultados alcançados, dentre outras informações que julgar relevantes, sendo que qualquer falsidade ou fraude na descrição das experiências ensejará as providências indicadas no subitem anterior.

7.3.6. Serão eliminadas aquelas propostas:

- I - cuja pontuação total for inferior a 6,0 (seis) pontos;
- II - que recebam nota “zero” nos critérios de julgamento (A), (B), (C) ou (D); ou ainda que não contenham, no mínimo, as seguintes informações: a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto; as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas; os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e o valor global proposto;
- III - que estejam em desacordo com o Edital; ou
- IV - com valor incompatível com o objeto da parceria, a ser avaliado pela Comissão de Seleção à luz da estimativa realizada e de eventuais diligências complementares, que ateste a inviabilidade econômica e financeira da proposta, inclusive à luz do orçamento disponível.

7.3.7. As propostas não eliminadas serão classificadas, em ordem decrescente, de acordo com a

pontuação total obtida com base na Tabela 2, assim considerada a média aritmética das notas lançadas por cada um dos membros da Comissão de Seleção, em relação a cada um dos critérios de julgamento.

7.3.8. No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento (G). Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida, sucessivamente, nos critérios de julgamento (H) e (I). Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a entidade com mais tempo de parcerias ativas com o Conselho e, persistindo a situação de igualdade, será utilizado o critério de maior tempo de constituição da Entidade de Classe. Em último caso, a questão será decidida por sorteio.

7.3.9. Será obrigatoriamente justificada a seleção de proposta que não for a mais adequada ao valor de referência constante do chamamento público, levando-se em conta a pontuação total obtida e a proporção entre as metas e os resultados previstos em relação ao valor proposto.

7.3.10. Encerrado o julgamento e ordenadas as propostas, o Crea/SP divulgará o resultado preliminar da seleção do chamamento público em sua página na internet, iniciando o prazo de recurso.

ETAPA 4: Divulgação do Resultado Preliminar

7.4. A administração pública divulgará o resultado preliminar do processo de seleção na página do sítio oficial do CREA/SP na internet no endereço <https://www.creasp.org.br/> ou de outra plataforma eletrônica única que venha a substituí-la (art. 17 do Decreto n.º 8.726, de 27 de abril de 2016), iniciando-se o prazo para recurso.

ETAPA 5: Interposição de Recursos Contra o Resultado Preliminar

7.5. Nos termos do art. 18 do Decreto n.º 8.726, de 27 de abril de 2016, os participantes que desejarem recorrer contra o resultado preliminar deverão apresentar recurso administrativo, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contado da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiu, sob pena de preclusão (art. 59 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999). Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.

7.5.1. Os recursos serão apresentados por meio de mensagem eletrônica para o e-mail chamamentopublico@creasp.org.br dentro do prazo estipulado conforme determinado no item 7.5, os quais serão apreciados pelo Comitê de Seleção.

7.5.2. É assegurado aos participantes obter cópia dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, preferencialmente por via eletrônica, arcando somente com os devidos custos.

7.5.3. Interposto recurso, o Comitê de Seleção dará ciência dele, por meio eletrônico, preferencialmente por e-mail, para os demais interessados para que, no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados imediatamente após o encerramento do prazo recursal, apresentem contrarrazões, se desejarem.

ETAPA 6: Análise dos Recursos pelo Comitê de Seleção

7.6. Havendo recursos, o Comitê de Seleção os analisará.

7.6.1. Recebido o recurso, o Comitê de Seleção poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados do fim do prazo para recebimento das contrarrazões, ou, dentro desse mesmo prazo, encaminhar o recurso ao Plenário do CREA/SP, com as informações necessárias à decisão final.

7.6.2. A decisão final do recurso, devidamente motivada, deverá ser proferida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento do recurso. A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato decisório. Não caberá novo recurso contra esta decisão.

7.6.3. Na contagem dos prazos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento. Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil no âmbito do órgão ou entidade responsável pela condução do processo de seleção.

7.6.4. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

ETAPA 7: Homologação e Publicação do Resultado Definitivo da Fase de Seleção, com Divulgação

das Decisões Recursais Proferidas (se houver)

7.7. Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo sem interposição de recurso, o CREA/SP deverá homologar e divulgar, no seu sítio eletrônico oficial, as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção (art. 19 do Decreto n.º 8.726, de 27 de abril de 2016).

7.7.1. A homologação não gera direito para a Entidade de Classe à celebração da parceria (art. 27, §6º, da Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2014).

7.7.2. Após o recebimento e julgamento das propostas, havendo uma única Entidade de Classe com proposta classificada (não eliminada), e desde que atendidas as exigências deste Edital, o CREA/SP poderá dar prosseguimento ao processo de seleção e convocá-la para iniciar o processo de celebração.

7.7.3. Os recursos que não forem reconsiderados pelo Comitê de Seleção no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento, deverão ser encaminhados para o Plenário para decisão final.

7.7.4. O resultado final será divulgado no site do CREA/SP e no Diário Oficial da União.

7.7.5. O resultado final não obrigará os participes a celebrarem o Termo de Colaboração, ficando a celebração submetida à estrita ordem de classificação das propostas, à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, respeitando o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e a conveniência da Administração Pública.

8. DA FASE DE CELEBRAÇÃO

A fase de celebração observará as seguintes etapas até a assinatura do instrumento de parceria:

TABELA 3

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA
1	Convocação das Entidades de Classe selecionadas para apresentação dos planos de trabalho e comprovação do atendimento dos requisitos para celebração das parcerias e de que não incorrem nos impedimentos (vedações) legais.
2	Verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais. Análise do plano de trabalho.
3	Ajustes nos Planos de Trabalho e Regularização de documentação, se necessário.
4	Parecer de órgão técnico e assinatura do termo de colaboração.
5	Publicação do extrato do termo de colaboração no Diário Oficial da União.

ETAPA 1: Convocação da Entidade de Classe selecionada para apresentação do Plano de Trabalho e comprovação do atendimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais

8.1. Por meio do plano de trabalho, a Entidade de Classe selecionada deverá apresentar o detalhamento da proposta submetida e aprovada no processo de seleção, com todos os pormenores exigidos pela legislação, observado o *Anexo VII*.

8.1.1. O plano de trabalho deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

I - a descrição da realidade objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo com a atividade ou o projeto e com as metas a serem atingidas;

II - a forma de execução das ações, indicando, quando cabível, as que demandarão atuação em rede;

III - a descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas;

IV - a definição dos indicadores, documentos e outros meios a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;

V - a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto;

VI - os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso; e

VII - as ações que demandarão pagamento em espécie, quando for o caso, na forma do art.

53 da Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2014.

8.1.2. A previsão de receitas e despesas de que trata o inciso V do item 8.1.1 deste Edital deverá estar acompanhada da comprovação da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado, exceto quanto a encargos sociais e trabalhistas, por meio de um dos seguintes elementos indicativos, sem prejuízo de outros:

- I - contratação similar ou parceria da mesma natureza concluída nos últimos três anos ou em execução;
- II - ata de registro de preços em vigência adotada por órgãos e entidades públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios da região onde será executado o objeto da parceria ou da sede da organização;
- III - tabela de preços de associações profissionais;
- IV - tabela de valores referenciais adotada pelo Conselho como guia de valores mínimos e máximos para diferentes tipos de atividades ou serviços a serem executados;
- V - tabela de preços referenciais da política pública setorial publicada pelo órgão ou pela entidade da administração pública municipal da localidade onde será executado o objeto da parceria ou da sede da organização;
- VI - pesquisa publicada em mídia especializada;
- VII - sítio eletrônico especializado ou de domínio amplo, desde que acompanhado da data e da hora de acesso;
- VIII -Portal de Compras do Governo Federal - compras.gov.br;
- IX - Portal Nacional de Contratações PÚblicas - PNCP;
- X - cotação com três fornecedores ou prestadores de serviço, que poderá ser realizada por item ou agrupamento de elementos de despesas;
- XI - pesquisa de remuneração para atividades similares na região de atuação da organização da sociedade civil; ou
- XII - acordos e convenções coletivas de trabalho.

8.1.3. Além da apresentação do plano de trabalho, a entidade de Classe selecionada, no prazo acima de 15 (quinze) dias corridos, deverá comprovar o cumprimento dos requisitos previstos no inciso I do caput do art. 2º, nos incisos I a V do caput do art. 33 e nos incisos II a VII do caput do art. 34 da Lei n.º 13.019, 31 de julho de 2014, e a não ocorrência de hipóteses que incorram nas vedações de que trata o art. 39 da referida Lei, que serão verificados por meio da apresentação dos seguintes documentos:

- I - estatuto registrado e suas alterações, em conformidade com as exigências previstas no art. 33 da Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2014;
- II - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a Entidade de Classe existe há, no mínimo, três anos com cadastro ativo;
- III - ata de eleição do quadro dirigente atual;
- IV - comprovantes de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante de, no mínimo, um ano de capacidade técnica e operacional, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros:
 - a) instrumentos de parceria, inclusive executados em rede, firmados com órgãos (Crea, Confea, Mútua, Autarquias, Governo Estadual, Prefeitura, etc.) e entidades da administração pública, entes estrangeiros, entidades e organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil;
 - b) relatório de atividades com comprovação das ações desenvolvidas;
 - c) publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela Entidade de Classe ou por seus integrantes;

d) currículos profissionais de integrantes da Entidade de Classe, sejam dirigentes, conselheiros, cooperados, empregados, entre outros;

e) declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas, entes estrangeiros ou entidades ou organismos de cooperação internacional; ou

f) prêmios de relevância recebidos no País ou no exterior pela Entidade de Classe;

V - Certidão de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

VI - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;

VII - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

VIII -relação nominal atualizada dos dirigentes da Entidade de Classe, conforme o estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF de cada um deles, conforme *Anexo III*;

IX - cópia de documento que comprove que a Entidade de Classe funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo ou contrato de locação;

X - declaração do representante legal da Entidade de Classe com informação de que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, as quais deverão estar descritas no documento, conforme *Anexo III*;

XI - declaração do representante legal da Entidade de Classe sobre a existência de instalações e outras condições materiais da organização ou sobre a previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria, conforme *Anexo II*;

XII - declaração do representante legal da Entidade de Classe de que trata o art. 27 do Decreto n.º 8.726, de 27 de abril de 2016, conforme *Anexo III*;

XIII -declaração do representante legal da Entidade de Classe, conforme *Anexo I* – Declaração de Ciência e Concordância e Endereço e Funcionamento, que está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital e seus anexos, bem como que se responsabiliza pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção, e funciona no endereço declarado; e

XIV

- declaração do representante legal da Entidade de Classe, que possui escrituração contábil regular de acordo com os princípios fundamentais e com as Normas Brasileiras de Contabilidade, conforme *Anexo IV*.

8.1.4. Projetos voltados para instalação e funcionamento de unidade de atendimento do Conselho, devem apresentar documentos complementares:

I - Comprovação de propriedade do imóvel:

a) Certidão de propriedade, matrícula e registro de imóvel emitida pelo Cartório de Registro de Imóveis competente, que contenha cópia ou transcrição completa de todos os atos lançados na matrícula, **quando imóvel próprio**; ou

b) Contrato de locação do imóvel e Notificação do IPTU, **quando imóvel alugado**; ou

c) Termo de concessão, Comodato ou parceria, **quando for o caso**.

II - Auto de Licença de Funcionamento ou protocolo junto ao órgão competente, quando for o caso;

III - Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB ou protocolo junto ao órgão

competente, quando for o caso;

IV - Planta arquitetônica ou croqui do imóvel, que demonstre como os espaços serão organizados para o atendimento pretendido.

8.1.5. Serão consideradas regulares as certidões positivas com efeito de negativas, no caso das certidões previstas nos incisos V, VI e VII do subitem 8.1.3.

ETAPA 2: Verificação do cumprimento dos requisitos para celebração da parceria e de que não incorre nos impedimentos (vedações) legais. Análise do Plano de Trabalho

8.2. Esta etapa consiste no exame formal, a ser realizado pela Administração Pública, do atendimento, pela Entidade de Classe selecionada, dos requisitos para a celebração da parceria, de que não incorre nos impedimentos legais e cumprimento de demais exigências descritas na Etapa anterior. Esta Etapa 2 engloba, ainda, a análise do plano de trabalho.

8.2.1. Na hipótese da Entidade de Classe selecionada não atender aos requisitos previstos na Etapa 1 da fase de celebração, incluindo as exigências dos arts. 33 e 34 da Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, aquela imediatamente mais bem classificada poderá ser convidada a aceitar a celebração de parceria nos termos da proposta por ela apresentada.

8.2.2. Caso a Entidade de Classe convidada aceite celebrar a parceria, ela será convocada na forma da Etapa 1 da fase de convocação e, em seguida, proceder-se-á à verificação dos documentos na forma desta Etapa 2. Esse procedimento poderá ser repetido, sucessivamente, obedecida a ordem de classificação.

8.2.3. Após o resultado final, respeitada a ordem de classificação, a Comissão Especial de Convênios e Parcerias-CCP do CREA/SP ou a área técnica responsável pela gestão de convênios e parcerias entrará em contato com os responsáveis pelos projetos para fins de realização dos ajustes necessários, consolidação e formalização da parceria.

8.2.4. A Comissão Especial de Convênios e Parcerias-CCP procederá à verificação dos documentos que comprovem o atendimento pela entidade selecionada dos requisitos previstos no item 5 deste Edital.

Parágrafo único: Caso o parecer da área técnica responsável pela gestão de convênios ou o parecer jurídico tenha concluído pela possibilidade de celebração da parceria com ressalvas, os aspectos ressalvados deverão ser sanados ou a decisão acerca da parceria deverá justificar a preservação ou a exclusão desses aspectos.

8.2.5. Após análise e deliberação pela Comissão Especial de Convênios e Parcerias-CCP, a proposta de parceria será encaminhada a Presidência do CREA/SP para decisão e formalização.

ETAPA 3: Regularização de documentação, se necessário

8.3. Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados ou constatado evento que impeça a celebração, a Entidade de Classe será comunicada do fato e instada a regularizar sua situação, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, sob pena de não celebração da parceria.

ETAPA 4: Parecer do órgão técnico e assinatura do termo de colaboração

8.4. A celebração do instrumento de parceria dependerá da adoção das providências impostas pela legislação regente, incluindo a aprovação do plano de trabalho, a emissão do parecer técnico pelo órgão ou entidade pública federal, as designações do gestor da parceria e da Comissão de Monitoramento e Avaliação, e de prévia dotação orçamentária para execução da parceria.

8.4.1. A aprovação do plano de trabalho não gerará direito à celebração da parceria.

8.4.2. No período entre a apresentação da documentação prevista na Etapa 1 e a fase de celebração e a assinatura do instrumento de parceria, a Entidade de Classe fica obrigada a informar qualquer evento superveniente que possa prejudicar a regular celebração da parceria, sobretudo quanto ao cumprimento dos requisitos e exigências previstos para celebração.

8.4.3. A Entidade de Classe deverá manter seus dados cadastrais atualizados junto ao Conselho.

ETAPA 5: Publicação do extrato do termo de colaboração no Diário Oficial da União

8.5. O termo de colaboração somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação do respectivo extrato no meio oficial de publicidade da administração pública.

9. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR PREVISTO PARA A REALIZAÇÃO

9.1. Os créditos orçamentários necessários ao custeio de despesas relativas ao presente Edital são provenientes da funcional programática 6.2.2.1.1.01.08.05.001 – Termo de Colaboração.

9.2. Os recursos destinados à execução das parcerias de que tratam este Edital são provenientes do orçamento do CREA/SP, por meio do Programa de Governança – Sub-programa Relacionamento Institucional.

9.3. Nas parcerias com vigência plurianual ou firmadas em exercício financeiro seguinte ao da seleção, o órgão ou a entidade pública federal indicará a previsão dos créditos necessários para garantir a execução das parcerias nos orçamentos dos exercícios seguintes.

9.4. A indicação dos créditos orçamentários e empenhos necessários à cobertura de cada parcela da despesa, a ser transferida pela administração pública federal nos exercícios subsequentes, será realizada mediante registro contábil e deverá ser formalizada por meio de certidão de apostilamento do instrumento da parceria, no exercício em que a despesa estiver consignada.

9.5. O valor total de recursos disponibilizados será de até R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) no exercício de 2026. Nos casos das parcerias com vigência plurianual ou firmadas em exercício financeiro seguinte ao da seleção, a previsão dos créditos necessários para garantir a execução das parcerias será indicada nos orçamentos dos exercícios seguintes.

9.6. As liberações de recursos obedecerão ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas da parceria, atendendo, ainda, ao seguinte:

I - O repasse dos recursos está subordinado à apresentação dos documentos fiscais de regularidade Federal, FGTS e CNDT, devidamente atualizados;

II - Os recursos serão depositados em conta corrente específica, isenta de tarifa bancária, em instituição financeira pública, que poderá atuar como mandatária do órgão ou da entidade pública na execução e no monitoramento do Termo de Colaboração;

III - Os recursos serão aplicados em caderneta de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, mediante avaliação do investimento mais vantajoso, enquanto não empregados na sua finalidade;

IV - O atraso na liberação das parcelas pactuadas no plano de trabalho configura inadimplemento de obrigação estabelecida no Termo de Colaboração e se este perdurar por mais de 30 (trinta) dias, a Entidade de Classe poderá suspender as atividades até a regularização do desembolso; se perdurar por mais de 60 (sessenta) dias, a Entidade de Classe poderá rescindir a parceria firmada, garantindo-se acerto final com liberação de recursos proporcional a eventual alocação de recursos próprios da Entidade de Classe.

9.7. As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o respectivo cronograma de desembolso, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das seguintes impropriedades:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da Entidade de Classe em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Colaboração; ou

III - quando a Entidade de Classe deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

9.8. Nas contratações e na realização de despesas e pagamentos em geral efetuados com

recursos da parceria, a Entidade de Classe deverá observar o instrumento de parceria e a legislação regente, em especial o disposto nos incisos XIX e XX do art. 42, nos arts. 45 e 46 da Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, e nos arts. 35 a 42 do Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016. É recomendável a leitura integral dessa legislação, não podendo a Entidade ou seu dirigente alegar, futuramente, que não a conhece, seja para deixar de cumpri-la, seja para evitar as sanções cabíveis.

9.9. Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à Administração Pública por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, nos termos do art. 52 da Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2014.

9.10. O instrumento de parceria será celebrado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitado o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativas. A seleção de propostas não obriga a administração pública a firmar o instrumento de parceria com quaisquer dos proponentes, os quais não têm direito subjetivo ao repasse financeiro.

9.11. Serão consideradas somente as despesas relacionadas aos projetos que contenham prazo de execução de acordo com a vigência do Termo de Colaboração, cuja proposta e respectivos planos de trabalho tenham sido devidamente aprovados.

9.12. Caso a proposta da Entidade de Classe seja reprovada, nenhuma despesa relativa à referida proposta será considerada, estando o CREA/SP isento de qualquer responsabilidade em relação a tais despesas.

10. DESPESAS PERMITIDAS E DESPESAS VEDADAS NA PARCERIA

10.1. Os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, sendo admitidas, dentre outras despesas previstas e aprovadas no plano de trabalho (art. 46 da Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2014):

10.1.1. Remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas, desde que tais valores:

I - Estejam previstos no plano de trabalho e sejam proporcionais ao tempo efetivamente dedicado à parceria em questão; e

II - Sejam compatíveis com o valor de mercado e observem os acordos e as convenções coletivas de trabalho e, em seu valor bruto e individual, o teto da remuneração prevista na Tabela Referencial e do Poder Executivo Federal.

§ 1º O pagamento das verbas rescisórias, ainda que após o término da execução da parceria, será proporcional ao período de atuação do profissional na execução das metas previstas no plano de trabalho;

§ 2º A Entidade de Classe divulgará os valores pagos, de maneira individualizada, a título de remuneração de sua equipe de trabalho vinculada à execução do objeto e com recursos da parceria, juntamente à divulgação dos cargos e valores, em seu sítio eletrônico oficial e em local visível de sua sede social e dos estabelecimentos em que exerçam suas ações, na forma do § 4º do art. 42 e art. 80 do Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016;

§ 3º Considera-se equipe de trabalho o pessoal necessário à execução do objeto da parceria, que poderá incluir pessoas pertencentes ao quadro da Entidade de Classe ou que vierem a ser contratadas, desde que exerçam ação prevista no plano de trabalho aprovado, nos termos da legislação cível e trabalhista;

§ 4º O pagamento de remuneração da equipe contratada pela entidade de classe com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o Conselho;

§ 5º A Entidade de Classe poderá pagar despesa em data posterior ao término da execução do termo de fomento ou de colaboração quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência.

III - Diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

IV - Custos indiretos necessários à execução do objeto, podendo incluir, entre outras despesas, aquelas com internet, transporte, aluguel, telefone, consumo de água e luz e remuneração de serviços contábeis e de assessoria jurídica, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria, conforme previsto no Art. 39 do Decreto n.º 8.726, de 27 de abril de 2016;

V - Aquisição de equipamentos e de materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação e/ou manutenção de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais para a execução do objeto da parceria.

Parágrafo único: A titularidade dos bens remanescentes de que trata o inciso X do caput do art. 42 da Lei 13.019, de 31 de julho de 2014, será da Entidade de Classe, exceto se o instrumento de parceria celebrado dispuser que a titularidade será do Conselho.

10.2. Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, sendo vedadas as despesas previstas no artigo 45 da Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, e as relacionadas a seguir:

I - Realizar despesa para finalidade alheia ao objeto da Parceria;

II - Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria;

III - Realizar despesas com taxas bancárias, multas, fretes, juros ou correção monetária, inclusive referente a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

IV - Despesas com publicidade de matéria exclusiva da Entidade de Classe, festividades e aquelas caracterizando promoção pessoal de quem quer que seja ou de outras Entidades estranhas à classe profissional;

V - Aquisição de automóveis, motocicletas, bicicletas, ou similares, para fins de locomoção;

VI - Brindes para distribuição ou sorteio aos associados ou participantes;

VII - Despesas com cartórios (certidões, autenticações, registros e outras);

VIII -Mensalidades e/ou contribuições a outras Entidades;

IX - Despesas com festividades, homenagens e comemorações do dia do profissional, do Município e outras de cunho festivo;

X - Aquisição de materiais como papel e cartucho/tinta para plotter;

XI - Combustível para funcionários, diretoria e associados para serviços da Entidade de Classe que não estejam vinculados ao objeto da parceria;

XII - Benefícios aos empregados, dirigentes ou associados da Entidade de Classe, tais como: vale transporte em pecúnia, combustível, cesta básica, alimentação, assistência médica, seguro de vida e outros, salvo quando previstos em acordo ou convenção coletiva;

XIII -Taxas de inscrições para participação em cursos e eventos para membros da diretoria da Entidade de Classe;

XIV

- Memorial histórico de cursos de graduação ou de quaisquer atividades ou fatos da Entidade ou região;

XV - Viagens técnicas ao exterior;

XVI

- Viagens técnicas no território nacional que não atendam aos objetivos da parceira e que não façam parte da programação do evento;

- Outras que não atendam ao objetivo da parceria.

Parágrafo único: Serão admitidas na prestação de contas somente as despesas previstas na Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, e no respectivo Edital de Chamamento Público, desde que estejam contempladas no projeto aprovado, sendo vedadas as despesas previstas nos incisos I e II do artigo 45 da Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2014.

11. CONTRAPARTIDA

11.1. Os eventos realizados no âmbito da parceria, bem como seus materiais de divulgação (incluindo, mas não se limitando a: folders, banners, publicações digitais, vídeos e apresentações), deverão conter o selo institucional próprio do CREA/SP, disponibilizado pela Unidade de Relações Institucionais.

11.2. A utilização do selo deverá observar as orientações de aplicação que serão fornecidas pela unidade, sendo vedadas quaisquer alterações em suas cores, proporções ou elementos gráficos. O não cumprimento desta exigência poderá implicar na glosa de despesas de divulgação ou na solicitação de adequação do material.

11.3. A Entidade de Classe poderá oferecer contrapartida voluntária, financeira ou em bens e serviços, independentemente do valor global da parceria.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Qualquer pessoa poderá impugnar o presente Edital, com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data limite para envio das propostas, de forma eletrônica, pelo e-mail chamamentopublico@creasp.org.br. A resposta às impugnações caberá a Secretaria Executiva.

12.2. Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, deverão ser encaminhados com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data limite para envio da proposta, exclusivamente de forma eletrônica, pelo e-mail: chamamentopublico@creasp.org.br.

12.3. Os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, sendo admitidas, dentre outras despesas previstas e aprovadas no plano de trabalho (art. 46 da Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2014).

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serão juntados nos autos do processo de Chamamento Público e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

12.5. Eventual modificação no Edital, decorrente das impugnações ou dos pedidos de esclarecimentos, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando-se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia.

12.6. O CREA/SP resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a administração pública.

12.7. A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

12.8. A Entidade de Classe é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Chamamento Público. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas poderá acarretar a eliminação da proposta apresentada, a aplicação das sanções administrativas cabíveis e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime. Além disso, caso a descoberta da falsidade ou inverdade ocorra após a celebração da parceria, o fato poderá dar ensejo à rescisão do instrumento, rejeição das contas e/ou aplicação das sanções de que trata o art. 73 da Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2014.

12.9. A administração pública não cobrará das Entidades de Classe concorrentes taxa para participar deste Chamamento Público.

12.10. Todos os custos decorrentes da elaboração das propostas e quaisquer outras despesas

correlatas à participação no Chamamento Público serão de inteira responsabilidade das Entidades de Classe concorrentes, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte da administração pública.

12.11. Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante:

Anexo I – Declaração de Ciência, Concordância e Endereço;

Anexo II – Declaração sobre Instalações e Condições;

Anexo III – Declaração do Art. 26 e 27 do Decreto n.º 8.726, de 27 de abril de 2016, e Relação dos Dirigentes;

Anexo IV – Declaração de Contabilidade Regular;

Anexo V – Declaração de Compatibilidade dos Preços;

Anexo VI – Minuta do Termo de Colaboração;

Anexo VII – Plano de Trabalho;

Anexo VIII – Tabela de Valores Referenciais;

Anexo IX – Ato Administrativo n.º 49, de 23 de novembro de 2022;

Anexo X – Nota Técnica n.º 1/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Lígia Marta Mackey, Presidente do Crea-SP**, em 08/12/2025, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://confea.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1417519** e o código CRC **656F532C**.